

INSTITUTO CACAU SHOW

Demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em
31 de dezembro de 2025

Conteúdo

Relatório dos auditores sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do
Instituto Cacau Show
Itapevi – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações do Instituto Cacau Show (“Instituto”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Cacau Show em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação ao Instituto, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Instituto continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Instituto ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Instituto.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Instituto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Instituto a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 17 de julho de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Marcos A. Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	879.770	1.408.110
Contas a receber	6	2.130.000	1.272
Outros tributos a recuperar		2.600	-
Adiantamento a fornecedores	7	360.489	408.466
Outros ativos circulantes		1.231	-
Total do ativo circulante		3.374.090	1.817.848
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais		9.000	9.000
Ativos mantidos para venda	1.2	-	614.154
Imobilizado	8	3.528.518	2.831.960
Direito de Uso	9	590.172	-
Total do ativo não circulante		4.127.690	3.455.114
TOTAL DO ATIVO		7.501.780	5.272.962
PASSIVO			
Passivo circulante			
Fornecedores	10	207.274	334.203
Passivo de arrendamento	9	95.489	-
Obrigações trabalhistas	11	582.456	536.371
Obrigações tributárias		83.082	60.518
Adiantamento de clientes	1.2	-	2.300.000
Outros passivos circulantes		93.084	128.127
Total do passivo circulante		1.061.385	3.359.219
Passivo não circulante			
Passivo de arrendamento	9	494.683	-
Provisão para demandas judiciais	12	-	11.896
Total do passivo não circulante		494.683	11.896
TOTAL DO PASSIVO		1.556.068	3.371.115
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	13	1.901.847	992.794
Superávit acumulado		4.043.865	909.053
Patrimônio líquido		5.945.712	1.901.847
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		5.945.712	1.901.847
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.501.780	5.272.962

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
Receitas das atividades			
Recursos provenientes de doações e incentivos fiscais	14	9.767.278	11.856.533
Receita de serviços prestados	14	604.920	381.269
Gratuidades	14	1.942.490	1.814.676
Receitas brutas das atividades	14	12.314.688	14.052.478
Pessoal	16	(6.550.384)	(5.935.564)
Serviços prestados por terceiros	16	(3.694.788)	(4.328.480)
Despesas gerais e administrativas	16	(2.878.779)	(2.499.746)
Gastos aplicados em projetos	15	(288.765)	(74.247)
Depreciação	8 e 9	(345.080)	(296.416)
Ganho na alienação de ativo disponível para venda	1.2	4.340.846	-
Outras receitas		122.393	-
Despesas das atividades sociais		(9.294.557)	(13.134.453)
Superávit operacional		3.020.131	918.025
Receitas financeiras	17	1.043.767	3.002
Despesas financeiras	17	(20.033)	(11.974)
Resultados financeiros, líquidos		1.023.734	(8.972)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO		4.043.865	909.053

	31/12/2025	31/12/2024
Superávit do exercício	4.043.865	909.053
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	4.043.865	909.053

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.635.231)	2.628.025	992.794
Transferência do superávit de recursos sem restrição	2.628.025	(2.628.025)	-
Superávit do exercício	-	909.053	909.053
Saldos em 31 de dezembro de 2024	992.794	909.053	1.901.847
Transferência do superávit de recursos sem restrição	909.053	(909.053)	-
Superávit do exercício	-	4.043.865	4.043.865
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.901.847	4.043.865	5.945.712

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

	Notas	31/12/2025	31/12/2024
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado do exercício		4.043.865	909.053
Ajustes em:			
Depreciação de imobilizado e amortização de direito de uso	8 e 9	345.080	295.210
Resultado da alienação de ativos disponíveis para venda	1.2	(4.340.846)	2.829
Juros sobre arrendamentos	9	21.348	-
Atualização monetária	17	(895.000)	-
Reversão de provisão para processos judiciais	12	(6.506)	(95.405)
Outros		-	120.000
Varição em ativos e passivos:			
Tributos a recuperar		(2.600)	-
Depósitos judiciais		-	(23.111)
Contas a receber e adiantamento de clientes		1.272	-
Outros ativos		(1.231)	(277.876)
Fornecedores	10	(78.952)	70.511
Obrigações trabalhistas	11	46.085	159.004
Obrigações tributárias		22.564	2.722
Outros passivos		(35.043)	-
Caixa (aplicado nas) gerado pelas operações		(879.964)	1.162.937
Pagamentos de demandas judiciais	12	(5.390)	-
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas operações		(885.354)	1.162.937
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de imobilizado	8	(987.986)	(283.808)
Recebimento pela venda de ativos	1.2	1.420.000	-
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		432.014	(283.808)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamentos de passivo de arrendamento	11	(75.000)	-
Caixa (aplicado nas) atividades de financiamento		(75.000)	-
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(528.340)	879.129
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.408.110	528.981
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		879.770	1.408.110
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa		(528.340)	879.129

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Informações sobre a Entidade

1.1 Contexto operacional

O Instituto Cacau Show ("Entidade" ou "ICS" ou "Instituto"), fundado em 2009, é uma entidade civil de interesse público (OSCIP), certificada sob o número: Processo MJ nº 08071.019503/2014-31) Página DOU: 38 (DOU Ano CLI Nº 195), com data da publicação em 09 de outubro de 2014, sem fins lucrativos, com sede na cidade de Itapevi, Estado de São Paulo.

A partir de 2015, e com a entrada em vigor da Lei nº 13.019/14, conhecida como o novo Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MRSOC, diversas mudanças na legislação passaram a estender as vantagens inerentes às OSCIP para praticamente todas as Organizações Sociedade Civil - OSC, independentemente de titulações. Ainda, o Ministério da Justiça extinguiu o Cadastro Nacional de Entidades Sociais - CNES e a obrigatoriedade de prestação de contas anual para as OSCIP. Para fins de manutenção do credenciamento, basta que as entidades mantenham atualizados junto ao Ministério da Justiça os dados relativos à finalidade ou regime de funcionamento que possam implicar em mudanças das condições da qualificação. Portanto, qualquer alteração no estatuto ou mudança de endereço devem ser comunicadas sob pena de perda da qualificação. A última comunicação da Entidade junto ao Ministério da Justiça ocorreu em 03 de outubro de 2020.

O principal objetivo da Entidade é o de atender de forma continuada, permanente e planejada serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou especial e de defesa de direitos socioassistenciais, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades e risco social e pessoal, atendendo a criança, adolescentes, jovens, adultos e idosos por meio de atividades educacionais, culturais, esportivas, artística, lúdicas, profissionalizantes e de geração de renda com vistas a proteção à família e seus membros, em todas as faixas etárias.

Em 5 de setembro de 2025 foi inaugurada uma nova unidade localizada na cidade de Itu, Estado de São Paulo com o objetivo de ampliar a atuação do Instituto na região, promovendo o desenvolvimento social e experiências educativas e culturais para crianças, jovens, educadores e comunidades atendidas.

O principal mantenedor do Instituto, a IBAC Indústria Brasileira de Alimentos e Chocolates Ltda, por meio de carta de suporte financeiro manifestou sua intenção e capacidade de prover os recursos necessários para que o Instituto honre seus compromissos financeiros e mantenha a continuidade de suas operações. Sendo assim, a Administração avalia que o Instituto goza de capacidade para manter a sua continuidade operacional por mais de um exercício.

1.2 Ativo mantido para venda

Em 2018, o Instituto firmou um contrato de compromisso de compra e venda de um terreno com uma construtora pelo valor de R\$ 5.555.000. O contrato estabeleceu o cumprimento de determinadas condições, incluindo a obtenção, pela construtora, das licenças necessárias para a execução do projeto a ser desenvolvido no terreno, entre outras exigências.

Em 2020, devido a diversas mudanças no mercado, a construtora solicitou a renegociação do contrato. Como resultado, foi celebrado um aditivo contratual que reduziu o valor da transação para R\$ 4.955.000 e alterou as condições de pagamento. Os pagamentos tiveram início em 2021 e em meados de 2022, os pagamentos foram paralisados por parte da construtora. Até aquele momento os pagamentos totalizaram R\$ 2.300.000 registrados como adiantamento de clientes, com a seguinte distribuição:

- R\$ 1.500.000 pagos em 2021;
- R\$ 800.000 pagos em 2022.

Em junho de 2025, as negociações foram retomadas e as partes celebraram Escritura de Confissão de Dívida, por meio da qual a construtora passou à condição de legítima possuidora do terreno, consolidando as condições negociais da operação.

Por ocasião da renegociação, o valor original da transação foi mantido, com base no aditivo de 2020, mas as parcelas em atraso, desde 2022, foram atualizadas pelos devidos encargos financeiros, resultando no saldo remanescente de R\$ 3.550.000 que passou a ser devido pela construtora e a ser liquidado em 10 parcelas mensais de R\$ 355.000, acrescidas de correção monetária mensal, com vencimentos entre setembro de 2025 e junho de 2026. O valor contábil do terreno era de R\$ 614.154 o qual foi vendido pelo montante de R\$ 4.955.000, gerando um ganho na alienação deste ativo no montante de R\$ 4.340.846 e as atualizações das parcelas em atraso desde 2022 geraram uma receita financeira no montante de R\$ 895.000 (vide nota 17).

Até 31 de dezembro de 2025, foram recebidas quatro parcelas, referentes aos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2025, totalizando R\$ 1.420.000, além das respectivas atualizações monetárias previstas contratualmente.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo a receber referente à operação totaliza R\$ 2.130.000, acrescido das atualizações monetárias contratuais incidentes até a data de vencimento das parcelas vincendas. O saldo remanescente foi integralmente recebido pelo Instituto em 16 de Junho de 2026, conforme previsto no cronograma contratual.

2. Base de apresentação e elaboração das demonstrações financeiras e políticas contábeis materiais

2.1 Base de apresentação, base de remuneração, moeda funcional e moeda de apresentação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas para emissão pela Administração do ICS em 16 de julho de 2026.

A administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Entidade no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, quando aplicável estão incluídas na NE 3.

Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Entidade.

Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

As políticas contábeis materiais adotadas pela Entidade são:

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.3 Imobilizado

É registrado ao custo de aquisição, formação, construção ou aos valores atribuídos às doações patrimoniais e deduzidos da depreciação acumulada. A contrapartida de doações de ativos imobilizado é contabilizada diretamente ao resultado do exercício como receitas de doações e está demonstrado na Nota 13. A doação inicial disponibilizada pelo fundador foi reconhecida em conta do patrimônio líquido social.

A depreciação é registrada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme a seguir apresentado:

Classe	%	Anos
Instalações	10%	10 anos
Máquinas e equipamento	10%	10 anos
Equip. de informática e comunicação	20%	5 anos
Móveis e utensílios	10%	10 anos
Equipamentos musicais	10%	10 anos
Equipamentos esportivos	10%	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	10%	10 anos
Edifícios e benfeitorias em imóveis próprios	4%	25 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Durante o exercício de 2025, não houve alteração na vida útil.

2.4 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo são calculados, e somente são registrados, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

2.5 Arrendamentos

A Entidade avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

Empresa como arrendatária

A Entidade aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Entidade reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

A Entidade reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento em períodos subsequentes. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Unidade de Itu (edifícios) - 5 anos

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Entidade ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Entidade reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Entidade e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir a Entidade exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Entidade usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

2.6 Reconhecimento de receitas

As doações recebidas pela Entidade em moeda corrente são provenientes de doações não restritas para aplicações específicas de pessoas físicas ou jurídicas que apoiam de forma voluntária os trabalhos desenvolvidos pela Instituição e são reconhecidas no resultado do exercício quando do recebimento dos recursos.

Já as receitas provenientes de serviços prestados, são compostas, principalmente, por comissões e taxas de administração cobradas pela intermediação, gestão e acompanhamento de programas de aprendizagem profissional. Tais receitas são reconhecidas pelo regime de competência, à medida que os serviços contratados são efetivamente prestados às empresas parceiras, refletindo a contraprestação pelos serviços de recrutamento, seleção, acompanhamento socioeducacional e gestão administrativa dos jovens aprendizes. Os recursos obtidos são integralmente destinados à manutenção das atividades institucionais e ao cumprimento dos objetivos sociais da entidade.

2.7 Gratuidades e trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar.

As receitas com trabalhos voluntários e as gratuidades recebidas em produtos e serviços, são reconhecidos como despesas das atividades sociais em contrapartida a rubrica de receita das atividades no momento em que há a doação do serviço ou produto.

2.8 Obrigações trabalhistas e encargos

As obrigações trabalhistas e os encargos sociais são reconhecidos pela entidade com base no regime de competência.

As obrigações trabalhistas compreendem, principalmente, salários, férias, décimo terceiro salário, horas extras e demais benefícios concedidos aos empregados, os quais são reconhecidos como despesas no período em que os serviços são prestados, independentemente do seu pagamento. Os encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento, tais como INSS, FGTS e demais contribuições legalmente exigidas, são apropriados como despesas no mesmo período de competência das respectivas remunerações, sendo registrados no passivo até a data de seu efetivo recolhimento.

As provisões para férias e décimo terceiro salário incluem os encargos sociais incidentes e são constituídas mensalmente, com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

A entidade cumpre integralmente as disposições legais aplicáveis às relações de trabalho, não havendo benefícios ou tratamentos diferenciados em função de sua natureza jurídica de entidade sem fins lucrativos.

2.9 Patrimônio líquido e/ou social

Representa o patrimônio líquido e/ou social inicial da Entidade, das “Doações” de sua constituição e resultado do superávit (déficit) do exercício. Os superávits gerados são empregados integralmente nos seus objetivos sociais, bem como os déficits absorvidos pelo patrimônio líquido e/ou social.

2.10 Novas normas, alterações e interpretações de normas

Uma série de novas normas foram efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Entidade não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

CPC51/IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O CPC51/IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração do resultado do exercício, a saber: as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de superávit operacional recém-definido. O superávit das entidades não mudará;
- As medidas de desempenho definidas pela administração são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras; e
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras. Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do superávit operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Entidade ainda está no processo de avaliação dos impactos dos novos padrões, particularmente com relação à estrutura da demonstração de superávits e déficits da Entidade, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para as medidas de desempenho definidas pela administração. A Entidade está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes novas normas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Entidade:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS7);
- Classificações e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS7).

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Entidade requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Entidade, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

- Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão automáticas (Entidade como arrendatário) – NE 2.5 e 9

A Entidade determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa.

A Entidade aplica julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criem um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão.

Após a mensuração inicial a Entidade reavalia o prazo do arrendamento, se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afeta sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado).

Incertezas sobre estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Entidade revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- Arrendamentos - Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos - determinação se um contrato deve ser classificado como arrendamento mercantil e opções de prorrogação de prazos nos contratos, NE 2.5 e 9

4. Gestão de riscos financeiros

A gestão de riscos é realizada pelo departamento financeiro da Entidade, que identifica, avalia e protege a entidade de eventuais riscos financeiros.

Gestão de riscos financeiros		31/12/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Caixa e contas correntes	Custo amortizado	107.672	374
Aplicações financeiras	VJ por meio do resultado	772.098	1.407.736
Contas a receber	Custo amortizado	2.130.000	1.272
Outros ativos	Custo amortizado	1.231	408.466
Total de ativos financeiros		3.011.001	1.817.848
Passivos financeiros			
Fornecedores	Custo amortizado	207.274	334.203
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	590.172	-
Total de passivos financeiros		797.446	334.203

A Entidade opera com instrumentos financeiros, substancialmente compostos por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos, arrendamentos e fornecedores mensurados ao custo amortizado. Considerando a natureza e o prazo desses instrumentos, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos. O Instituto não possui empréstimos com terceiros.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado pelo Instituto e decorre de caixa e equivalentes e depósitos em instituições financeiras e contas a receber. Para as instituições financeiras, são aceitos somente títulos de instituições financeiras de primeira linha no mercado. O contas a receber, no montante de R\$ 2.130.000 (nota 1.2 e 6) refere-se a transação pontual de venda de ativos e não foram observados riscos de crédito significativos na transação, especialmente pela liquidação subsequente deste ativo.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo Instituto, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às suas necessidades operacionais.

O Instituto investe seus recursos em aplicações financeiras, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem segura.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa		31/12/2025	31/12/2024
Depósitos bancários à vista		107.672	374
Aplicações de liquidez imediata		772.098	1.407.736
Total		879.770	1.408.110

(i) As aplicações financeiras referem-se substancialmente a certificados de depósito bancário, remunerados pela variação de 93% a 100% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em ambos os períodos, tendo como características liquidez diárias, baixo risco de crédito, não havendo perdas significativas no momento do resgate.

6. Contas a receber

Contas a receber	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber (i)	2.130.000	1.272
Total do contas a receber	2.130.000	1.272

(i) O contas a receber refere-se ao saldo remanescente da operação de venda do terreno iniciada em 2018 e concluída em 2025 por meio da Escritura de Confissão de Dívida, o qual foi integralmente recebido pelo Instituto em 16 de junho de 2026, conforme descrito na nota 1.2.

7. Adiantamento a fornecedores

Adiantamento a fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores (i)	360.489	408.466
Total	360.489	408.466

(i) O saldo de adiantamento a fornecedores é composto, principalmente, por valores antecipados à empresa responsável pela instalação do sistema de energia fotovoltaica do Instituto, à empresa organizadora da confraternização institucional e à fornecedora das cadeiras destinadas à nova unidade de Itu.

8. Imobilizado

	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equip. de informática	Móveis e utensílios	Equipamentos Musicais	Imobilizado em andamento	Equipamentos Esportivos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Edifícios e Benfeitorias em imóveis próprios	Total
Saldo em 31/12/2023	18.863	38.370	212.100	204.290	44.822	2.216.012	1.011	110.723	-	2.846.191
Adições	6.785	76.000	50.992	87.830	-	60.000	2.201	-	-	283.808
Baixas	-	-	(2.829)	-	-	-	-	-	-	(2.829)
Depreciação	(5.503)	(12.200)	(70.616)	(36.366)	(10.304)	-	(209)	(11.612)	(148.400)	(295.210)
Transferências	-	-	-	-	-	(2.120.000)	-	-	2.120.000	-
Saldo em 31/12/2024	20.145	102.170	189.647	255.754	34.518	156.012	3.003	99.111	1.971.600	2.831.960
Adições (i)	315.590	100.960	152.971	74.813	5.014	-	2.551	336.087	-	987.986
Depreciação	(13.654)	(15.202)	(93.056)	(37.125)	(10.302)	-	(357)	(12.482)	(109.250)	(291.428)
Transferências	96.012	-	60.000	-	-	(156.012)	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	418.093	187.928	309.562	293.442	29.230	-	5.197	422.716	1.862.530	3.528.518
Taxa média de depreciação	10%	10%	20%	10%	10%	-	10%	10%	4%	

(i) Refere-se substancialmente à benfeitorias realizadas no imóvel alugado da nova Unidade de Itu-SP (nota 1.1) e outras instalações vinculadas ao imóvel que serão de propriedade do Instituto.

9. Direito de uso e passivo de arrendamento

As operações de arrendamento da Entidade vigentes em 31 de dezembro de 2025, não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

Composição e movimentação dos direitos de uso de ativos e passivos de arrendamento:

	Direito de Uso	Arrendamento circulante	Arrendamento não circulante
Saldo em 31/12/2024	-	-	-
Adições (i)	643.824	95.489	548.335
Amortização/Pagamentos	(53.652)	(75.000)	-
Juros	-	-	21.348
Transferências	-	75.000	(75.000)
Saldo em 31/12/2025	590.172	95.489	494.683

(i) Refere-se ao reconhecimento do contrato de direito de uso do imóvel da unidade de Itu – SP.

Taxas de desconto

Os passivos de arrendamentos são descontados à taxa incremental de desconto de 15% a.a.

O saldo do passivo de arrendamento em 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição a valor presente e nominal, por vencimento e por ano:

Ano	
2027	122.123
2028	133.857
2029	138.455
2030	100.248
Total	494.6832

10. Fornecedores

Fornecedores	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais (i)	207.274	334.203
Total	207.274	334.203

(i) As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços adquiridos para suportar as atividades do Instituto e melhor atender os assistidos, sendo classificadas como passivo circulante se o pagamento for devido no prazo de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São reconhecidas com base no valor das faturas e notas fiscais emitidas pelos fornecedores, que refletem os valores de liquidação da obrigação.

11. Obrigações trabalhistas

São obrigações com funcionários ou encargos sociais sobre folha e provisão de férias, calculados conforme legislação vigente. Os salários são pagos dentro do mês e os encargos sobre a folha de pagamento são pagos no mês subsequente ao seu cálculo.

Obrigações trabalhistas	31/12/2025	31/12/2024
Encargos sociais	184.934	68.247
Férias e encargos sobre férias	397.522	468.124
Total	582.456	536.371

12. Provisão para demandas judiciais

A Entidade apresenta as seguintes provisões para demandas judiciais:

Provisão para contingências	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas	-	8.896
Cível	-	3.000
Total	-	11.896

A Entidade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais, envolvendo questões trabalhistas e aspectos cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A Entidade revisou suas estimativas e considera as provisões existentes suficientes para cobrir eventuais perdas relacionadas a esses processos.

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

Saldo em 31/12/2023	130.412
Adições	3.000
Reversões	(98.405)
Pagamentos	(23.111)
Saldo em 31/12/2024	11.896
Reversões	(6.506)
Pagamentos	(5.390)
Saldo em 31/12/2025	-

A redução no saldo decorre, principalmente, em função do encerramento de processos ao longo do exercício e a reavaliação das contingências pelos consultores jurídicos.

Demandas judiciais avaliadas como perdas possíveis

Para as demais ações judiciais da Entidade, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão.

Apesar disso, o Instituto reconhece a importância de divulgar os valores envolvidos nos processos em que é parte contrária. Para os novos processos, o valor divulgado leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida em que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Em 31 de dezembro de 2025, os valores das contingências avaliadas como risco de perda possível, estão assim demonstrados:

Perda possível	31/12/2025	31/12/2024
Trabalhistas (a)	123.990	915.758
Cível	26.809	46.236
Total	150.799	961.994

- (a) Em 2024 foram ajuizados dois processos trabalhistas contra o Instituto relacionados a empresas terceiras prestadoras de serviços, classificados pelos assessores legais externos, na ocasião, como risco possível. Em 2025 ambos não tiveram a mesma atribuição de risco possível, a saber:

- Processo nº 1002046-45.2024.5.02.0511, no valor de R\$ 253.741 arquivado definitivamente em 10/07/2025 uma vez que o caso não chegou a ser julgado quanto ao mérito devido ao não comparecimento do autor na audiência, sem recurso aceito pela Justiça do Trabalho; e
- Processo nº 1000788-97.2024.5.02.0511, no valor de R\$ 347.039, passou a ser classificado como risco remoto de perda pelos assessores jurídicos externos responsáveis.

Principais demandas judiciais avaliadas como perda possíveis

Reclamações trabalhistas ajuizadas em Tribunais Regionais do Trabalho, cujas principais causas são relacionadas a horas extras, interjornada e adicional noturno, que totalizam R\$ 123.990;

Processo cível relacionado à indenização (danos morais), no montante de R\$ 26.809.

13. Patrimônio social e suas disposições

Doações e constituição do patrimônio social

O patrimônio social da Entidade é constituído de todos os bens, direitos e obrigações os quais são ou venham a ser de titularidade da Entidade na data de sua instituição e especialmente:

(a) doações já feitas pelos instituidores e depositadas em instituição bancária; (b) outros bens e direitos obtidos por doações, legados, aquisições diretas e doações oficiais para investimentos ou inversões financeiras; (c) parcelas de receitas que lhe sejam incorporadas; (d) resultado líquido eventualmente apurado de atividades desenvolvidas por terceiros com a participação financeira da Entidade, dentre outras.

Os bens e direitos somente podem ser utilizados para realizar os objetivos fundacionais, permitida a oneração ou alienação do patrimônio desde que mediante expressa autorização da Diretoria Executiva da Entidade, conforme previsto na Nota 1.

Dissolução

Na hipótese de a Entidade perder a qualificação instituída pela Lei nº 9.790/99 (OSCIP) e legislações posteriores, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que manteve essa qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente, que possua o mesmo objeto social.

14. Receitas de atividades, assistências e serviços prestados

A composição da receita das atividades e serviços prestados pela Entidade está relacionada com a arrecadação de fundos para gerir as ações para promover a educação e assistência social e de promoção da cultura organizada. Essas contribuições são oriundas de entidades do setor privado e de pessoas físicas.

As composições das doações recebidas em espécie e/ou por qualquer outra forma de gratuidade para custeio dos projetos e das demais despesas operacionais do Instituto, estão demonstradas abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
Presidentes, diretores e executivos do Grupo Cacau Show (i)	-	4.512.801
Pessoas jurídicas diversas (ii)	728.665	3.155.140
Pessoas físicas diversas	234.898	174.348
Gratuidades (iii)	1.942.490	1.814.676
Leis de incentivo (iv)	8.966.431	4.014.244
Serviços prestados (v)	442.204	381.269
Total	12.314.688	14.052.478

(i) A redução no volume de doações por parte da Presidência, diretoria e executivos decorre da menor necessidade de suporte de caixa pelo Instituto no exercício de 2025, visto que, essas doações são realizadas apenas de acordo com a necessidade, a fim de suportar as suas atividades.

(ii) No exercício de 2025, a necessidade de aportes foi reduzida, considerando, principalmente, os recursos recebidos no final de 2024 oriundos de outras empresas e vinculados ao projeto incentivado pela Lei Rouanet ("Música Show"), os quais contribuíram para o equilíbrio de caixa do Instituto no período, diminuindo a demanda por novas doações.

(iii) A Entidade reconhece como gratuidade o aluguel do imóvel de uso da sede do Instituto, cedido pela principal mantenedora e parte relacionada IBAC, sendo o valor do aluguel em 2025 de R\$ 731.280 (R\$ 716.502 em 2024), bem como trabalho voluntário dos profissionais e/ou executivos das Entidades do Grupo Cacau Show, estimados no valor anual de R\$ 673.512 (R\$ 582.468 em 2024). O acréscimo observado em 2025 está substancialmente relacionado com o aumento das atividades sociais desempenhadas por esses profissionais e/ou executivos, tal como prestação de serviços de contabilidade, fiscal etc.

(iv) Refere-se a doações recebidas de empresas do Grupo Cacau Show e de outras empresas terceiras, as quais não possuem restrições de uso impostas pelos doadores, considerando o objetivo de utilização geral nas atividades institucionais. O aumento das doações recebidas das empresas do Grupo Cacau Show em 2025 decorre, principalmente, do crescimento dos resultados operacionais das empresas doadoras, em especial da IBAE Indústria de Alimentos Especiais Ltda., bem como da maior capacidade financeira proporcionada pelos incentivos fiscais usufruídos por essas empresas. Os recursos foram destinados ao financiamento das atividades institucionais e dos projetos sociais desenvolvidos pelo Instituto.

(v) A Entidade é certificadora para capacitação de Jovem Aprendiz, portanto, apresentando faturamento mensal aos clientes, referente a taxa administrativa cobrada para capacitação dos jovens aprendizes.

15. Gastos aplicados em projetos

As doações abaixo são efetuadas a entidades parceiras para apoio a projetos desenvolvidas por elas.

Gastos aplicados em projetos	31/12/2025	31/12/2024
Inst. Corresponsabilidade pela Educação - ICE	-	74.247
Inst. Museu São Pedro (Museu FAMA)	288.765	-
Total	288.765	74.247

A natureza do projeto compreende à:

- Museu FAMA – Fábrica de Arte Marcos Amaro, instituição cultural privada sem fins lucrativos fundada em 2015 e aberta ao público desde 2018, localizada no município de Itu, SP, locadora do espaço utilizado pelo Instituto Cacau Show.

16. Despesa por natureza

Despesa por natureza	31/12/2025	31/12/2024
Salários e ordenados	3.574.995	3.490.549
Serviços de terceiros	2.125.938	2.476.295
Encargos	1.567.157	1.405.251
Despesas com atividades e eventos	1.507.387	1.152.004
Trabalho voluntário	1.211.210	1.098.174
Férias e 13º	732.946	733.118
Aluguel da sede	731.280	716.502
Benefícios	673.566	337.116
Despesas gerais e administrativas	1.002.081	1.421.822
Pedagógico e evento	3.092	3.389
Despesas tributárias	805	48.086
Provisão de Contingências	(6.506)	(118.516)
Total	13.123.951	12.763.790

Despesas por classes	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com pessoal (ii)	6.550.384	5.935.564
Serviços prestados por terceiros (i)	3.694.788	4.328.480
Despesas administrativas gerais (iii)	2.878.779	2.499.746
Total	13.123.951	12.763.790

(i) Corresponde às despesas de manutenção para um melhor conforto e expansão das áreas, despesas com produtos de limpeza e a prestadora de serviço de limpeza, serviço contratado de professores autônomos para o projeto Jovem Aprendiz, relógio de ponto, consultoria de Leis de Incentivo e GPTW. Também, inclui o montante das despesas via gratuidade referente ao aluguel da sede do Instituto e os trabalhos voluntários prestados por executivos e funcionários das Entidades do Grupo Cacau Show e serviços de advogados.

(ii) As despesas com pessoal estão relacionadas com profissionais diversos contratados através da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), com o objetivo de prestar as atividades afins do Instituto, tais como:

Faixa etária dos 7 aos 14 anos:

- Programa Infância e Pré-Inspire
- Língua Portuguesa - Comunicação Oral e Escrita;
- Matemática: Mentalidades Matemáticas;
- Artes: Musicalização, Canto, Danças e Esportes;
- Desenvolvimento de Habilidades e Competências Socioemocionais e Éticas.

Faixa etária dos 15 aos 17 anos:

- Programa Inspire Jovem
- Mentoria de Projetos utilizando a metodologia ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos)

Faixa etária dos 16 aos 19 anos:

- Programa Jovem Aprendiz
- Seleção, treinamento e certificação do Programa Jovem Aprendiz, atendendo às necessidades de Entidades da região de Itapevi.
- Seguimos as orientações do Ministério do Trabalho e Emprego, dentro de uma programação com conteúdos obrigatórios;
- Mentoria de Projetos utilizando a metodologia ABP (Aprendizagem Baseada em Projetos).

Benefícios

Corresponde principalmente aos benefícios legais, tais como vale transporte, vale refeições, cesta básicas, concedidos pelo Instituto aos seus colaboradores, que em 2025 totalizaram R\$ 673.566 (R\$ 337.116 em 2024),

(iii) Despesas gerais e administrativas estão relacionadas com pagamento da taxa do CIEE (Centro de Integração Entidade-Escola), pagamento de academia e compra de uniformes e despesas com material pedagógico, sendo que as despesas com eventos estão relacionadas à compra de materiais e livros para a realização das atividades do Instituto com os educandos.

Atividades com eventos

O Instituto fornece lanches e refeições no final do dia, contribuindo para o bem-estar e a alimentação dos educandos. O valor total dessa iniciativa totalizou em 2025 R\$ 1.174.961 (R\$ 1.113.125 em 2024).

17. Resultado financeiro, líquido

	31/12/2025	31/12/2024
Despesas financeiras		
Juros passivos	(14.735)	(11.156)
Outras despesas financeiras	(5.298)	(818)
Total	(20.033)	(11.974)
Receitas financeiras		
Juros ativos	35.202	-
Atualização monetária (nota 1.2)	895.000	-
Rendimentos de aplicação financeira (i)	102.512	1.866
Outras receitas financeiras	11.053	1.136
Total	1.043.767	3.002
Resultado financeiro, líquido	1.023.734	(8.972)

(i) Em dezembro de 2024, foi realizada aplicação financeira no Banco do Brasil por meio do serviço "BB Rende Fácil", o que resultou em aumento significativo dos rendimentos financeiros no exercício de 2025

18. Partes Relacionadas

Doações e gratuidades

As seguintes transações foram realizadas com partes relacionadas:

	31/12/2025	31/12/2024
Partes relacionadas		
Recursos provenientes de doações		
Presidente, Diretores e executivos do Grupo Cacau Show (nota 14 (i) e (ii))	-	4.512.800
IBAC (nota 14 (ii))	55.431	3.966.034
IBAE (nota 14 (iv))	8.500.000	-
AllShow (Lojas Próprias)	321.509	48.210
Total	8.876.940	8.527.044
Recursos provenientes de gratuidades		
Aluguel da sede (i)	731.280	716.502
Trabalho voluntário	1.211.210	1.098.174
Total	1.942.490	1.814.676
Total partes relacionadas	10.819.430	10.341.720

(i) O imóvel pertence a Entidade CCSH Administração de Bens Intangíveis Ltda, a qual faz parte do Grupo Cacau Show, neste sentido a Entidade pratica valores e condições que visam a melhor destinação da área para o Instituto, buscando gerar impactos relevantes para o atendimento social a que se destina a Entidade.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Instituto não remunera, por qualquer forma, os membros da Diretoria, Conselho administrativo e Conselho Fiscal, nem qualquer membro associado, por serviços por eles prestados e não distribuirá entre os associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas de seu patrimônio, auferidas mediante o exercício de suas atividades.

Os serviços dos executivos do Grupo Cacau Show são considerados como trabalho voluntário, conforme demonstrado na tabela acima.

19. Aspectos fiscais

Em atendimento a ITG 2002(R1) – entidades sem fins lucrativos, aprovada pela resolução CFC nº 1.409/12 e alterada pela resolução 2015/ITG2002(R1) em setembro de 2015, a Instituição, por julgamento, apresenta a seguir a relação de tributos (impostos e contribuições) objetos de renúncia fiscal:

19.1. Incidentes sobre receitas tributáveis (PIS e COFINS)

Conforme o artigo 13º da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35 de 2001, as entidades sem fins lucrativos que tenham empregados, tal como definidos pela Legislação Trabalhista, contribuirão para o PIS com uma quota fixa de 1% incidente sobre a folha de pagamento mensal. Tais entidades são isentas de PIS sobre receitas nos termos do §1º, do artigo 14 da MP nº 2158-35/01, desde que preencham os requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9.532/97.

No que diz respeito à COFINS, o inciso X, do artigo 14 da MP nº 2158-35 de 2001 determina a não incidência sobre as receitas das instituições sem fins lucrativos. Também nesse caso, o gozo da isenção depende do preenchimento dos requisitos previstos no artigo 12 da Lei nº 9.532/97.

Adicionalmente, nos termos do inciso III e do § 1º do artigo 14 da Medida Provisória (MP) nº 2158-35 de 2001, estão isentas de PIS e COFINS as receitas dos serviços prestados à pessoa física ou jurídica residente ou domiciliada no exterior, cujo pagamento represente ingresso de divisas.

19.2. Incidentes sobre o superávit do exercício (IR e CS)

O Instituto Cacau Show, entidade sem fins lucrativos, está isento do imposto de renda e das contribuições sociais, nos termos do artigo 195, parágrafo 7º, da Constituição Federal.

Composição do conselho fiscal

Romulo de Souza Cardoso Pinto
Rafael Altavista Junior

Conselheiro
Conselheiro

Composição da diretoria

Clovis Ailton Madeira
Angela Aparecida Sandes da Costa

Presidente
Vice-presidente

Contador

Victor Vergara
CRC 1SP328056